

Entre precarizações de vida e fluxos nacionais: rotas negras ontem e hoje

Resumo: Este artigo propõe uma análise da trajetória de vida de uma integrante de uma família composta por mulheres negras, oriundas do Piauí e pertencentes à classe popular. O objetivo principal é compreender como essas mulheres construíram suas vidas, considerando os diversos fluxos e precariedades de vida que influenciaram suas jornadas. Inicialmente, explora-se a formação histórica do fluxo Nordeste/Sudeste, remontando às origens do tráfico/comércio interprovincial, para, em seguida, analisar como essas dinâmicas históricas reverberam estruturalmente na atualidade. A análise desses fatores permitirá antever não apenas as transformações históricas, mas também compreender de que forma as práticas individuais se entrelaçam com as estruturas sociais preexistentes. Ao final, espera-se oferecer uma visão mais abrangente e contextualizada das vivências dessa família específica, contribuindo para uma compreensão mais ampla das interseções entre história, migração, e as complexas teias que envolvem classe, raça e gênero no contexto brasileiro.

Introdução

Assim, se é preciso reconhecer a existência sempre renovada de “heranças” do passado escravista, é preciso buscá-las sobretudo no profundo racismo herdado do imigrantismo, além da concepção emancipacionista e abolicionista de que o negro, embora cidadão, devia continuar sujeito aos interesses da elite branca devido ao seu passado ou “sangue escravo”.

Célia Maria Marinho de Azevedo (2004, p. 223)

A primeira vez que encontrei Regina da Silva Sousa, negra, 53 anos, natural de Canto do Buriti-PI¹, três filhos, empregada doméstica e moradora de Águas Lindas de Goiás-GO, foi aos meus doze anos de idade. Eu estava, com minha mãe, saindo do interior de Goiás para morar na casa de Regina. Essa casa era composta de três cômodos e alojava todos os filhos de Regina, assim como seu marido e seu primeiro neto. Eu e minha mãe dormíamos em um colchão na Venda Do Manoelzinho durante a noite, pois essa venda ficava na parte da frente da casa e era de lá que Manoelzinho tirava parte da renda da família durante o dia. E foi nessa venda que presenciei uma conversa entre minha mãe e tia Regina, onde escutei esta última dizendo: “Não tem espaço aqui pra todo mundo, mas vai ter que ter para vocês duas. Nossa família é assim. Mesmo não cabendo, vai ter que caber”. Durante a noite fiquei pensando nessa frase dita por Tia Regina, afinal, eu estava

¹ De acordo com o último censo de 2022 do IBGE, Canto do Buriti apresenta uma população residente na data de referência distribuída por cor ou raça da seguinte forma: 13.302 pardos, 1.589 pretos, 4.464 brancos, 5 amarelos e 5 indígenas. Além disso, o censo registra 9.614 homens e 9.751 mulheres na região.

sendo recebida em uma casa que não tinha espaço para mim, mas via o espaço sendo criado para que mais duas pessoas ali coubessem.

Apenas décadas depois, ao longo do mestrado e do doutorado, eis que decidi pesquisar minha própria família (Damásio, 2020; 2022) e compreender seus fluxos no território nacional. Por que parte da família estava em São Paulo²? Por que outra parte estava em Brasília³? Como essas pessoas de uma mesma família foram parar posteriormente nesses locais, sendo que nasceram em Canto do Buriti-PI? Como eu e minha mãe saímos de São Paulo, fomos para o interior de Goiás e depois nos deslocamos para Brasília? E se, somando a esse ‘por que’, eu adicionasse ‘quando’, ‘como’ e tentasse seguir o fluxo dessa família? O que isso diria sobre os fluxos de pessoas, coisas e famílias (como a minha) que ocorrem no Brasil?

Eu retomei a esse meu primeiro contato com tia Regina, pois é a partir dela que irei falar de uma trajetória de fluxo que é construída historicamente. Um fluxo que antecede seu nascimento. Um fluxo que é regido por processos estruturais mais amplos de precarização da vida. Um fluxo que é de ontem, mas também de hoje. Um fluxo que também é meu. E quando analiso os fluxos que tia Regina fez ao longo da sua vida, em território nacional, não conto apenas a história dela. Conto a história de tantas outras mulheres que, como ela, estão em fluxo em busca daquilo que elas nominam de “melhores condições de vida” (Sarti, 2003).

E estas mesmas histórias de vida, família e fluxo que aqui aparecerão, discorrem sobre processos coletivos, como aponta Suely Kofes (2007), onde as histórias de vida se tornam “interpretações individuais de experiências sociais”. É precisamente por isso que realizarei dois movimentos com as histórias compartilhadas por tia Regina ao longo do período de campo do doutorado, que transcorreu por onze meses, de abril de 2023 a março de 2024. Estes movimentos se limitarão a considerar tais histórias a partir da perspectiva

² É crucial compreender que quando menciono São Paulo, estou abordando não apenas a região metropolitana da capital, mas também a região Sudeste e, em alguns casos, a região Sul do Brasil. Isso se deve ao fato de que São Paulo, em muitas localidades como Canto do Buriti, serve como ponto de referência para deslocamentos em direção ao sul do país como um todo. Assim, mais do que um simples espaço geográfico na cidade de São Paulo, a menção a São Paulo representa uma direção ou um ponto de partida para viagens em direção ao sul do Brasil.

³ No âmbito da minha pesquisa em Canto do Buriti, é frequente fazer referência a Brasília como um importante ponto de deslocamento. No entanto, o termo "Brasília" não se limita apenas à área central do Plano Piloto, mas abrange também as diversas regiões administrativas (RAs) do Distrito Federal, bem como as cidades do Entorno. Estas últimas são municípios que, embora pertençam ao estado de Goiás, mantêm uma estreita relação com o Distrito Federal.

da interlocutora, levando em conta a implicância da minha presença como ouvinte, pesquisadora e parente. Assim como, além das entrevistas e conversas, irei também recorrer a outras fontes históricas e documentos para examinar mais profundamente como o fluxo Nordeste/Sudeste – fluxo esse realizado por todas as mulheres da minha família desde os anos 1970 – corresponde a processos históricos, econômicos, raciais, sociais e demográficos mais amplos.

O objetivo deste artigo é compreender como essas mulheres negras e de classe popular construíram suas vidas, considerando os diversos fluxos e precariedades que influenciaram suas jornadas. Inicialmente, para explorar a formação histórica do fluxo Nordeste/Sudeste, remontarei rapidamente às origens do tráfico transatlântico, o tráfico/comércio interprovincial, para, em seguida, analisar como essas dinâmicas históricas reverberam estruturalmente na atualidade. A conclusão do presente artigo é que ao olhar para as práticas de fluxos nacionais, podemos considerar como essas mesmas práticas são reconhecíveis estruturalmente ao longo do tempo, mas também são mutáveis.

A partir disso, poderemos compreender como esses modos de fazer/pensar do passado e do presente, a partir de fluxos multidimensionais (Lobo, 2014), sobrevivem nos resquícios de documentos históricos, mas também através das histórias que as pessoas contam hoje. Como Keith Thomas (1991 p.10) afirma, “aqueles que estudam o passado se deparam com duas conclusões contraditórias. A primeira é que o passado era muito diferente do presente. A segunda é que ele era muito parecido”. Esse é o desafio aqui apresentado: construir a estrutura do fluxo (passado) para perceber como ele ainda reverbera e estrutura práticas hoje (presente).

Construindo fluxos

Como manejar e compreender narrativas oriundas de distintos contextos históricos? De um lado, neste artigo, temos dados apresentados por historiadores, extraídos de seus artigos em periódicos nacionais sobre o tráfico/comércio interprovincial, e do outro, as narrativas compartilhadas por tia Regina, mencionadas anteriormente. A primeira ressalva que faço é que voltar à História e as histórias do campo, neste artigo, se dá a partir da perspectiva antropológica. Ao estabelecer esses parâmetros, defronto-me com o tempo e a História como “matérias de negociação” que são “ambíguos em sua compreensão, múltiplos nos desenlaces, vários enquanto

representação” (Schwarcz, 2005, p. 135). Justamente por isso, ao pensar em diferentes fluxos em contextos históricos distintos do vivido agora, estou lidando com um processo de constante construção e (re)imaginação desses mesmos fluxos.

Dessa forma, ao me voltar para a História e perceber como o fluxo de pessoas negras no Brasil foi construído, não havia como fugir de alguns fluxos que me eram apresentados. O primeiro e mais conhecido deles é o tráfico/comércio transatlântico. Historicamente, o termo tem sido amplamente utilizado para descrever o deslocamento forçado de africanos/escravos⁴, que ocorreu entre os séculos XVI e XIX. É importante pontuar que a escravidão era um sistema legal, legalizado e que permeava todas as relações sociais ao longo do período colonial e imperial no Brasil. É preciso imaginar um cenário composto por senhores, elite política, escravos, negros que já viviam livres antes da abolição, profissionais liberais, pessoas livres miseráveis, comerciantes e mercadores, clero, militares, administradores coloniais, trabalhadores assalariados, indígenas, imigrantes, entre outros (Azevedo, 2004). Esse cenário é necessário para compreender as análises aqui empreendidas, pois irei me fixar principalmente nos fluxos dos escravos como foco de análise. Isolando da cena os demais fluxos de todas as classes citadas acima.

Não por acaso, ao adentrar a historiografia, minha pergunta foi justamente sobre quais marcos históricos relevantes (sobre fluxos) existiam entre a vinda forçada de africanos para serem escravizados no Brasil e meu trabalho de campo de doutorado em 2023/2024. Ao falar em “africanos”, terminologia usada à época, me refiro a pessoas traficadas/comercializadas principalmente da África Ocidental e a África Central para o Brasil. Ao trazer o tráfico negreiro/ tráfico transatlântico/ tráfico negreiro transatlântico, como fluxo, faço-o com a intenção de apresentar um movimento daquilo que nos constituiu ainda hoje. Esse fluxo durou aproximadamente 350 anos e estruturou o fluxo que será analisado mais adiante, o tráfico/comércio interprovincial. Estimativas sugerem que cerca de 4,9 a 6 milhões de africanos foram trazidos para o Brasil como escravos durante o período do tráfico/comércio transatlântico. Esse número é aproximado, pois muitos registros foram perdidos ou não foram mantidos. É importante lembrar também que o Brasil foi o país que mais importou escravos durante o período do tráfico transatlântico no mundo.

⁴ Ao decidir por manter o termo "escravo" em vez de substituí-lo por "escravizado", procuro estabelecer a perspectiva da época, de forma a destacar e enfatizar que seu uso reflete a compreensão das relações histórico-sociais que ocorreram durante o período da escravidão e que reverberam hoje.

Ao mesmo tempo, é importante frisar que o Brasil foi o último país do Ocidente a abolir a escravidão. A Lei Áurea, que aboliu oficialmente a escravidão no Brasil, foi assinada em 13 de maio de 1888 pela Princesa Isabel. Estratégias anteriores e posteriores à abolição sempre foram tomadas para que uma elite econômica e racial obtivesse o controle das terras/território. Um exemplo disso é a Lei de Terras de 18 de setembro de 1850, por meio da qual o imperador Dom Pedro II oficializou a predileção em ter a zona rural do Brasil dividida em latifúndios e não em pequenas propriedades. A Lei de Terras também impunha a cobrança de taxas para a regularização de terras e sua aquisição.

Se para os grandes latifundiários e posseiros as taxas para a aquisição de terras já eram exorbitantes, para a maioria esmagadora da população elas eram impossíveis de serem arcadas. Não por acaso, duas semanas antes de a Lei de Terras entrar em vigor, a Lei Eusébio de Queirós foi assinada. Foi a primeira das leis abolicionistas. Os interesses da elite sobre as terras sempre estiveram também ligados ao fortalecimento da não aquisição delas por pessoas negras, indígenas, pobres e camponesas. Isso forçaria esses grupos a estarem em fluxo pelo território? O fato é que a Lei de Terras antecipa a Lei Eusébio de Queirós de maneira planejada. E é dessa maneira planejada/estruturada da elite brasileira lidar com a terra (e com os fluxos) que iremos aqui tratar, pois as estratégias para deslocar a população de uma região para outra nesse país têm ligação direta com o capitalismo, racismo e colonialismo. Como veremos, controlar os fluxos é também controlar a terra (e vice-versa).

É justamente por isso que, conforme ressaltado por Richard Graham (2002), a proibição efetiva do “comércio transatlântico de escravos” no início dos anos 1850, principalmente devido à pressão da Grã-Bretanha, fez com que o comércio interno de escravos permanecesse ativo. Ativo, pois o tráfico/comércio interno de escravos no Brasil era muito anterior a 1850, principalmente a partir da circulação de indígenas e africanos. Entretanto, o tráfico/comércio de longa distância de indígenas aparentemente cessou quase integralmente por volta do século dezessete devido à importação em larga escala de africanos.

É com esse grande número de africanos no país, que muitos dos escravos transferidos de uma província para outra já haviam sido vítimas do tráfico transatlântico. De acordo com registros de 1852, aproximadamente 28% dos escravos que chegaram ao Rio de Janeiro vindos do Nordeste do Brasil eram originários da África. Como aponta Richard Graham (2002), é possível que escravos registrados como nascidos no Brasil

fossem, na verdade, africanos importados (ilegalmente) após a proibição de 1831. Como aponta Luana Teixeira (2016, p. 28) esse fluxo foi viabilizado pela “organização de circuitos comerciais sofisticados, que penetravam os sertões mais recônditos e transferiam escravos para os principais mercados do sudeste”.

Em suma, ao analisar pontos diferentes contextos históricos, é essencial reconhecer a complexidade e a interconexão entre eles. Tanto das narrativas dos historiadores, quanto as compartilhadas por indivíduos nesses mesmos documentos analisados por esses historiadores que oferecem perspectivas valiosas sobre os fluxos e movimentos históricos, cada qual contribuindo de maneira única para nossa compreensão do passado e a visualização de como esse fluxo se modifica e se atualiza ao longo do tempo. Nesse sentido, ao confrontar essas fontes narrativas, somos desafiados a considerar o tempo e a história como entidades mutáveis, mas também reconhecíveis. Essa reflexão nos conduz a uma apreciação mais profunda das complexidades desses fluxos, enquanto navegamos pelas múltiplas camadas de significados que permeiam nossas compreensões da(s) história(s).

Tráfico/Comércio Interprovincial

Como apontado por Luana Teixeira, em sua tese intitulada “Comércio Interprovincial de Escravos em Alagoas no Segundo Reinado” (2016), é essencial que estejamos atentos às categorias utilizadas em cada contexto pesquisado, para que não percamos de vista as relações sociais que lá estão operantes. A autora defende que o termo correto para se referir a esse deslocamento forçado de escravos em território nacional é “comércio interprovincial” e não “tráfico interprovincial”/“tráfico interno”. Suas fontes históricas apontam que "comércio", "negócio" e "exportação" eram formas mais comuns de se referir ao evento e que apenas três ocorrências de "tráfico interprovincial" foram identificadas em todo o conjunto documental pesquisado (Teixeira, 2016). Por isso, no presente artigo, decidi me referir a esse evento como tráfico/comércio interprovincial, para não perder de vista essas duas formas complementares (e não excludentes) de visualizar o fenômeno.

Com isso, após a interrupção do tráfico/comércio transatlântico de escravos no início dos anos 1850, o tráfico/comércio interprovincial de escravos foi potencializado. Só que essa potencialização tinha sentido posto. Erivaldo Fagundes Neves, em

“Sampauleiros traficantes: Comércio/Tráfico de escravos no alto sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista” (2000), aponta que além do comércio ocasional de escravos, fazendeiros e mineradores também transferiam temporariamente seus escravos para outras unidades produtivas ou migravam com eles. Isso era uma prática comum em Caetité-BA, um município de fronteira com Minas Gerais. Essa fonte é importante para considerarmos como os fazendeiros, senhores de engenho e mineradores colocavam esses escravos em fluxo de acordo com seus próprios interesses. Interesses esses marcadamente econômicos.

O autor destaca que sempre houve negociações de escravos dentro e entre as regiões, mas que esse tráfico/comércio interprovincial na segunda metade do século XIX tinha características próprias. Em suas palavras, essa mercancia interna da segunda metade do século XIX teve caráter específico, não se configurando "mero substituto" do tráfico atlântico, mas "sua continuação" (Neves, 2000, p. 104). Essa ideia de continuação pontuada pelo autor nos interessa particularmente aqui, ainda mais quando pensamos que a Província da Bahia (que já correspondeu territorialmente aos atuais estados do Ceará e do Piauí) foi a grande porta de entrada de escravos durante o período do tráfico/comércio transatlântico e sua capital Salvador, e foi a primeira capital do Brasil Colonial. De lá, muitos escravos eram comercializados tanto para o interior do Brasil, quanto pela costa do Brasil através de outras embarcações rumo ao sudeste do país. Cada fluxo tem suas próprias características. No entanto, também existe uma continuidade entre esses fluxos, mesmo quando eles foram interrompidos anteriormente. Essa continuidade persiste, conectando esses diferentes fluxos ao longo do tempo. E é possível compreender essa continuidade, quando olhamos para os sujeitos e suas práticas, historicamente – ato esse que faremos na penúltima seção deste artigo.

Richard Graham (2002) também considera que na metade do século XIX, a partir do crescimento e expansão das economias cafeeiras (Rio de Janeiro e São Paulo), foi principalmente para esses redutos que os escravos foram transferidos, fazendo com que o quantitativo de escravos de uma região para outra sofresse variações. Variações essas que correspondiam às demandas econômicas e políticas específicas. Como Graham (2002, p. 15) elucida a partir de registros policiais de 1852, que versavam sobre a entrada de escravos na cidade do Rio de Janeiro, “três quartos dos navios que os carregavam vinham de portos ao norte do Rio, e 83% dos escravos brasileiros, cujos registros informam a província de nascimento, tinham nascido no Nordeste”.

Como pontuou Neves (2000), apenas no auge do “tráfico interprovincial” (1873-1881) cerca de 90 mil escravos foram para a região sudeste do país. O autor aponta ainda, a partir de Robert Slenes, que esse tráfico interprovincial (entre 1850 e 1881) teria mobilizado cerca de 200 mil escravos. É importante considerar como o tráfico/comércio interprovincial de escravos do Nordeste para o Sudeste pode ser visto como um desorganizador de modos de vida (enquanto ruptura com o cotidiano), ao mesmo tempo em que forja novas formas de acomodação – resistência, fugas e a construção de novos arranjos cotidianos (Pires, 2017).

Como Nayanne Viana chama a atenção em “Traquejos E Labutas: trabalhadores escravizados no sertão do Piauí”, é essencial também, para pensarmos a construção desse fluxo Nordeste/Sudeste, que nos atentemos para as grandes secas que ocorreram nos últimos séculos quando estamos falando da região Nordeste. Como a autora pontua, na década de 1860, houve uma grande seca que atingiu todo centro e sul da Província do Piauí, “o que levou muitas famílias pobres de São Raimundo Nonato a emigrarem para Bom Jesus, ao sul da Província” (Viana, 2018, págs. 125-126). Concomitantemente, outras províncias como Bahia, Pernambuco e Maranhão serviram como destino desse fluxo. No sentido oposto, a província do Piauí também recebia “famílias vindas de outras regiões, sobretudo das províncias do Ceará e Bahia, que passaram por longas e severas secas nas décadas de 1870 e 1880” (Viana, 2018, pág?).

Entretanto, como salienta Albuquerque Júnior (1988) em “Falas de Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino. De problema à solução (1877 – 1922)”, as secas que eram consideradas o “problema da região” Nordeste, foram transformadas em “problema nacional” quando atingiram as classes dominantes locais no final do século XIX. Elites essas que enfrentavam problemas econômicos, falências de menores fortunas e perda de espaço para outras elites nacionais. Considerando as secas e as crises nas lavouras açucareiras e algodoeiras do Nordeste, é possível ponderar a tomada de decisão de direcionamento desse fluxo para outras províncias vizinhas também. Pois além do tráfico interprovincial, existiam dinâmicas também de tráfico intraprovincial ou local. Se os fluxos contemporaneamente são multidimensionais, o tráfico/comércio interprovincial também o era.

Diante do exposto, podemos concluir que o tráfico/comércio interprovincial de escravos desempenhou um papel significativo na dinâmica social, política, racial, demográfica, geográfica e econômica do Brasil durante o Segundo Reinado. Percebemos

como o tráfico/comércio interprovincial não era simplesmente uma continuação do tráfico/comércio transatlântico de escravos, mas sim uma prática com características próprias, que se intensificou após a proibição do tráfico transatlântico – ao mesmo tempo que era também uma continuação desse mesmo tráfico/comércio transatlântico. Essa intensificação estava ligada a demandas econômicas, raciais e políticas específicas de diferentes regiões do país, assim como de suas elites locais.

Em suma, o estudo do tráfico/comércio interprovincial de escravos nos oferece pistas para compreender não apenas a escravidão em si, mas também as diversas interações entre fatores sociais, econômicos, políticos e ambientais que moldaram os fluxos na história do Brasil no século XIX. Como lembra Carvalho (1998, p. 149), “A movimentação de mão de obra escrava de um lugar para o outro seguia o fluxo normal do tráfico/comércio negreiro intra e interprovincial, o qual também se articulava com o tráfico atlântico.” Fluxos se retroalimentam, fluxos são estruturados e se estruturam e, estruturas, perduram ao longo do tempo.

De 1970 para cá

Em Canto do Buriti-PI, cidade com pouco mais de 19,365 mil habitantes localizada no sul piauiense, há famílias do *mundo*⁵ e famílias de *origem*. O mundo é circunscrito por tudo aquilo que não é Canto do Buriti [a *origem*], mas tem como referencial principal a cidade de São Paulo. As famílias do *mundo* são assim denominadas em decorrência do fluxo que ocorreu na cidade a partir de 1970 em direção a São Paulo, tendo como motivo o que as famílias nominam de a grande seca de 70. Antes disso, havia migrações esporádicas dos homens para localidades próximas para executar serviços para latifundiários, mas sempre visando um retorno para a *origem*.

Nesse grande fluxo rumo ao sudeste do país, homens e mulheres, que à época tinham entre 12 e 20 anos, iam para esse *mundo* mais distante, novo e incerto, virar mão de obra assalariada. As mulheres trabalhando majoritariamente como empregadas domésticas e os homens como serventes e pedreiros na construção civil. Com o crescimento e a expansão das famílias na capital paulista, as famílias formadas no mundo acabaram adquirindo a *vida da correria* mesmo que tenham na *origem* em Canto do Buriti

⁵ Todas categorias em itálico são êmicas.

uma *vida parada*. Elas agenciavam esses dois espaços e trânsitos e, com o passar das décadas, criaram o que denominei então de famílias *origem-mundo*.

Existem poucas famílias efetivamente de *origem* na cidade, pois o fluxo é parte constituinte das famílias de Canto do Buriti. Por mais que uma família seja da origem, ela possui algum parente no *mundo*. Parente nesse contexto é a denominação dada a pessoas que descendem de um mesmo antepassado em comum (Augé, 1978). Entretanto, há considerável número de famílias que, com intenso fluxo a partir dos anos 1970, incentivado pelo crescente projeto de industrialização na região sudeste do país e com as secas recorrentes, acabaram perdendo as origens e estão *soltas no mundo*.

Além da família aqui analisada, a Silva Sousa, estar distribuída entre três regiões brasileiras (Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste) atualmente, é uma família que tem sua origem no Nordeste (PI), mas que narrativamente elenca os fatores climáticos (secas nos anos 1970 e 1980 no Nordeste), econômicos (fome e falta de renda) e históricos (latente industrialização nos anos 70 no Brasil), como fatores para estar nesse fluxo. Esse cenário nos anos 1970-1980 criou as condições necessárias para que o fluxo Nordeste-Sudeste fosse operacionalizado e continuado, principalmente pelas mulheres negras da família que foram para São Paulo trabalhar como domésticas. A justificativa dessa *ida* ou *saída* da origem nos anos 1970 é narrativamente dada em torno do que minhas parentes-interlocutoras intitulam de buscar *melhores condições de vida*.

O Censo 2000 mostrou que os “deslocamentos entre as regiões brasileiras envolvem cerca de 3,3 milhões de pessoas, dentre as quais, entre entradas e saídas, destacou-se a Região Nordeste que apresentou a maior perda absoluta (760 mil pessoas)” (Oliveira; Ervatti; O’Neill, 2011, p. 29). Apesar dos deslocamentos mudarem com o passar das décadas (de 1970 a 2000), o deslocamento Nordeste-Sudeste ainda se constitui como um padrão, pois as trocas com o Sudeste contribuíram para cerca de 2/3 dessa perda populacional do Nordeste. Outros dados saltam aos olhos: os deslocamentos interestaduais no quinquênio 1995/2000 que envolveram 5 milhões de pessoas, sendo os estados do Nordeste aqueles que mais perderam população; destaque também para a migração de retorno no contrafluxo, tendo as Unidades da Federação do Nordeste brasileiro apresentado os maiores percentuais de retornados dentre os imigrantes; e a região Nordeste com percentuais de retornados acima de 40% do total de imigrantes em seus estados (Oliveira; Ervatti; O’Neill, 2011). Como pincelarei mais abaixo, o que faz alguém *ir, voltar, ficar e passar um tempo* entre a *origem* e o *mundo*, depende, em grande

parte, das relações de parentesco estabelecidas, das “condições de vida” atreladas à precarização e das dinâmicas familiares. E esses aspectos fogem aos olhos quando estamos falando apenas de números e não de pessoas.

É importante considerar, como sugerem Cunha e Baeninger (2005), que o Brasil registrou em 1970, 9,5 milhões de pessoas que diziam ter mudado de Estado pelo menos uma vez na última década. Já entre 1981-1991, esse volume subiu para 10,6 milhões e na década de 1990 para 12,5 milhões. Como sugerem os autores, durante a década de 1990, o Nordeste do Brasil testemunhou mudanças significativas em sua dinâmica demográfica e socioeconômica. Especificamente, em estados como Bahia, Ceará e Pernambuco, houve uma transformação importante na relação entre as grandes cidades (metrópoles) e as áreas rurais (interior). Nesse contexto, as Regiões Metropolitanas (RMs) nordestinas, como Salvador, Fortaleza e Recife, enfrentaram uma redução em sua capacidade de absorção de novos residentes ou migrantes.

Isso resultou em um aumento observado na migração de pessoas do Nordeste para outras regiões do Brasil. Essas mudanças têm implicações significativas para a distribuição populacional e as relações entre as diferentes regiões do país. Meu argumento até aqui, entretanto, é de que as crises econômicas e as secas nunca deixaram de assolar a região e elas continuaram a afetar (principalmente) uma população majoritariamente pobre e negra. Historicamente, os antepassados dessa mesma população lidavam com esses deslocamentos de maneira forçada. Após a abolição da escravidão, essa mesma população já estava familiarizada com o caminho para o Sudeste, através das histórias deixadas sobre a escravidão e sobre o tráfico/comércio interprovincial. Ao mesmo tempo, é importante considerar como dos anos 1930 a 1970 existia uma transferência da população do contexto rural para o contexto urbano. E, como reforça Baeninger (1999), apesar das forças centrípetas da região de São Paulo terem se arrefecido a partir dos anos 1980, a região continuou como o maior centro de recepção migratória do país.

No final de 2023, em conversas com tia Itamar (65 anos, aposentada, negra e empregada doméstica ao longo de toda sua vida), perguntei se ela tinha lembranças de pessoas que saíam de Canto do Buriti-PI para outras regiões do país. Ela começou contando: “Desde menina eu ficava na beira da estrada vendo os pau de arara saindo pra São Paulo. Eu achava a coisa mais linda do mundo. Como a gente era besta [sorri]. Minha tia também falava do povo que foi e não voltou mais”. Não por acaso, tia Itamar, aos 17 anos de idade, também foi para São Paulo e lá morou 40 anos de sua vida. Se ela ouvia

história dos seus parentes mais velhos desses fluxos para São Paulo, eram pessoas que, provavelmente, viveram no início dos anos 1910. Pessoas que também ouviram histórias não muito distantes de outros mais velhos. O fluxo para o sudeste/sul se configurou também numa busca por *melhores condições de vida* atrelada à possibilidade de realizar alguma acumulação que auxilia nos processos de troca para com toda a família que ficou no contexto rural (Garcia, 1989).

O capitalismo, o colonialismo e o racismo se alinharam (no passado) e ainda são os produtores (hoje) das precariedades em que grande parte da população negra brasileira está imersa historicamente. Esse alinhamento estrutural também é responsável não apenas por modificar os fluxos dessas famílias negras nos últimos 500 anos, mas também por criar esses fluxos. O fluxo não terminou com a diáspora; ele continuou com os fluxos internos, como o tráfico/comércio interprovincial e com os grandes deslocamentos produzidos posteriormente. Esses fluxos, como ressalta Eivaldo Fagundes Neves (2000), não devem ser encarados como meros substitutos uns dos outros, mas sim analisados dentro das categorias de especificidades que contribuem para essa mesma continuação.

O fluxo de tia Regina

Eu poderia começar falando sobre os fluxos de tia Regina em diferentes fases da sua vida, pois, entre as mulheres da família, ela foi a que mais se deslocou. Saiu de Canto do Buriti, foi para Brasília, em seguida para São Paulo, retornou para o Piauí e depois fixou residência no Entorno do Distrito Federal. Aqui, neste artigo, me concentrarei, principalmente, nas narrativas que fizeram com que ela resolvesse *ir e voltar* entre esses diferentes estados. Volto então às conversas e entrevistas que realizei com ela em sua casa, localizada em Águas Lindas de Goiás-GO, em outubro de 2023. Como mencionei na Introdução, tia Regina é uma mulher parda, de aproximadamente um metro e cinquenta, tem 53 anos, é natural de Canto do Buriti-Piauí, possui três filhos, três netos, foi (ainda é) empregada doméstica e atualmente é moradora de Águas Lindas de Goiás.

Cheguei à casa de tia Regina pela manhã. Entrei pela frente, mais especificamente pela venda do Manoelzinho. Esse, seu marido, é um homem negro e possui mais de 70 anos. Ali na venda, Manoelzinho comercializa principalmente bebida alcoólica, mas também alguns produtos não perecíveis. Depois de cumprimentá-lo, segui para os fundos do estabelecimento, passei por uma porta de metal e cheguei à sala da tia Regina. Esta já

estava me aguardando com um sorriso no rosto. Como de costume em nossa família, seguimos para a cozinha para conversar. Ela foi preparando o almoço daquele sábado enquanto me sentei em uma cadeira próxima à mesa da cozinha. Peguei meu caderno de anotações e começamos a conversar sobre sua vida, com foco em Canto do Buriti, até chegarmos ao local em que ela se encontrava no momento, Águas Lindas de Goiás. Esta conversa terminou quase quatro horas depois, quando finalmente paramos para almoçar.

Entre a conversa, o preparo para o almoço, panelas chiando e meu caderno de campo aberto, tia Regina, como uma excelente contadora de histórias, versou sobre *ir*, *voltar*, *ficar* e *passar um tempo*. Ela começou, não por acaso, por me apresentar como era sua vida em Canto do Buriti quando ainda era menina. E esse processo – iniciar a narrativa por seu tempo na terra natal – ocorreu, pois, como veremos, está ligado intrinsecamente à decisão de sair de Canto do Buriti, por mais que esse *sair* seja repleto também de *voltar*. Como ela narrou: “Fui empregada doméstica toda a vida. Toda a vida fui escravinha. Aqui [Brasília], até que menos, mas no Piauí... Era de domingo a domingo. Você não tinha folga. E você trabalhava domingo inteiro”.

O trabalho doméstico é tido como marcador importante e volta sempre que é preciso falar sobre *ir* para um lugar ou *voltar* para o lugar de onde *saiu*. Patroas são lembradas, citadas, assim como o que ela denominou de exploração. E essa exploração, como veremos adiante, foi determinante para *sair* de Canto do Buriti. Quando menina, tia Regina habitava uma casa com sua mãe, pai, sete irmãos e o constante fantasma da fome batendo à porta. A falta de roupa e comida não era apenas narrativa dela, mas sim de toda a família que, vez ou outra, nos encontros familiares, lembrava de momentos tão difíceis. E é importante conservar essa imagem de pessoas que, como diria tia Regina, são/eram “escravinhas”, pois trata-se um estado de pobreza e precarização que gera um estado muito específico de condição de vida (e de estar em fluxo). Como ela menciona, uma das condições de vida é trabalhar de domingo a domingo e mesmo assim não ter a mínima garantia de que haverá o necessário para comer.

Ainda nos anos 1980, seu então marido e pai do seu primeiro filho, foi para Brasília em busca de emprego. Após alguns meses trabalhando como auxiliar de limpeza e mesmo sendo analfabeto, tia Regina afirma que ele contava com o auxílio de colegas para enviar cartas a ela em Canto do Buriti. Em uma delas, ela contou que “ele já tinha arrumado um trabalho. Os primeiros dois meses ou três meses que ele trabalhasse, ele ia comprar as coisas e arrumar um canto pra nós se mudar”. Esse canto foi justamente um

“barraco” construído nos fundos do lote da irmã do seu então marido. Foi no atual Paranoá-DF que tia Regina, seu marido e seu primeiro filho se instalaram. Alguns anos depois, tia Regina acabou voltando para Canto do Buriti, pois estava se separando do marido após inúmeras traições dele. Voltou para a casa dos seus pais, dessa vez com dois filhos e arrumou, mais uma vez, trabalho em “casa de família” na cidade. Em suas palavras: “Aí cheguei no Piauí e aquela trabalhadeira, trabalhando de sol a chuva e não tinha descanso pra nada, não tinha suficiente pra nada”.

Nesse estado de não ter “suficiente pra nada” em Canto do Buriti, tia Regina resolve *voltar* para Brasília. Com o passar do tempo, e após mais traições do marido, foi para São Paulo, onde suas outras três irmãs já estavam instaladas na periferia e trabalhando como domésticas em “casas de família”. Ela resolveu então mandar seus dois filhos para Canto do Buriti, para que ficassem com os avós e seguiu para São Paulo. Suas irmãs arrumaram um serviço como empregada doméstica para ela, mas pouco tempo depois, tia Regina descobriu que estava grávida do seu terceiro filho. Não querendo dar “trabalho” para as irmãs, *volta*, mais uma vez, para a casa dos pais em Canto do Buriti.

É importante perceber que a rede de parentesco auxilia nesse fluxo que se estrutura como uma situação inescusável (Damásio, 2022) a partir de parentes, casas e trabalhos. E esse fluxo é inescusável justamente porque, sem essa rede de parentes, casas e trabalhos, ele não seria possível ou seria muito mais difícil de ser realizado. Ainda mais quando tratamos essa inescusabilidade nos termos de uma vida precarizada de muito trabalho e dinheiro sempre faltando. Da mesma forma, as narrativas de idas e voltas passam também pelas casas das patroas. O trabalho doméstico, nesse sentido, é considerado de “fácil” acesso quando se tem recomendações, pois toda elite local acaba mantendo uma empregada doméstica (ou *escravinha*) em casa. Esse mesmo trabalho auxilia na obtenção de algum dinheiro que banque o deslocamento e, no mínimo, a comida na casa na qual a pessoa irá residir por um tempo.

Entretanto, nenhum trabalho era, ou seria suficiente, como veremos a seguir, para sustentar dois filhos (e a gestação de um terceiro) naquele contexto de empobrecimento em Canto do Buriti. É importante lembrar que as duas avós de tia Regina eram mulheres pretas e que, naquele contexto de Canto do Buriti, trabalharam como carvoeiras em roçados de fazendeiros da região e também no trabalho doméstico em casas mais abastadas da região. Já a mãe de Regina trabalhou na feira pondo barraca para vender

produtos colhidos na roça como milho, farinha e legumes. A renda das vendas dos produtos era convertida para sustentar a casa.

Três gerações de mulheres que executam o mesmo tipo de trabalho ao longo do tempo, sem experimentar mobilidade econômica ou transição para posições laborais diferentes, devido às condições precárias de vida nas quais foram imersas (pois esse contexto advém de um processo histórico mais amplo). Alguns anos depois, no Piauí, tia Regina decidiu retornar novamente para Brasília, pois, segundo ela dizia: “Eu não quero mais ficar aqui no Piauí. Eu cansei. O que a gente ganha aqui... nós... são três filhos para criar. O que eu ganho aqui não dá para mim, entendeu? Então eu quero ir me embora. Lá [Brasília] dá.” E, mais uma vez, tia Regina voltou para o Distrito Federal com o intuito de criar os filhos, arrumar um local para morar com eles e tudo isso dependia de conseguir um trabalho. E, assim, ela fez.

O que quero ressaltar aqui é que o contexto de pobreza/precarização da vida a impulsionou ao fluxo. Foi também o que a manteve em fluxo. Assim como colocou seus filhos, seu marido e suas irmãs em fluxo. Esse processo corrobora com a constatação de que o fluxo é constituído por um *ir e voltar*. A ideia de permanência em um território é insólita, pois ao menor sinal de exploração, fome e falta, estar em fluxo é o que, de certa forma, pode apresentar condições outra de vida. Não por acaso, Brasília se apresenta diferente de Canto do Buriti na questão salarial e de garantia de descanso aos finais de semana. Entretanto, Brasília não garantiu, por muitos anos, uma carteira assinada para tia Regina. O que a impele a descrever sua atividade laboral ao longo de toda uma vida, tanto lá (Canto do Buriti) como aqui (Brasília), como “escravinha”. No caso aqui apresentado, o fluxo de tia Regina durou cerca de vinte anos até que, no início dos anos 2000, ela encontrou seu atual marido, o já apresentado Manoelzinho. Após se mudar para Águas Lindas de Goiás, continuou trabalhando no Distrito Federal como empregada doméstica (atividade que realiza até hoje).

O contexto de pobreza e precarização da vida influenciou tia Regina, levando-a a buscar oportunidades em diferentes lugares, como Brasília e São Paulo, em busca de melhores condições de vida para si e para seus filhos. Essa busca por trabalho e alguma estabilidade econômica é um processo contínuo. A história dela também reflete a realidade de muitas pessoas que entram em fluxo no Brasil. Fluxo esse que está sempre passível de acontecer caso as condições de vida se mostrem mais precárias do que a que já está posta. O que está em questão, aqui, não é o lá e o cá, mas justamente como essas

interlocutoras, ao longo dos seus fluxos, organizam suas vidas entre esses espaços e como a partir disso narram suas experiências organizando um mundo poroso, onde os fluxos são retroalimentados por precarizações de vida históricas.

Se essas famílias são transformadas por suas práticas de vida ao longo do tempo, em fluxo, é imprescindível considerar que tais fluxos são multidirecionais (Lobo, 2014). O fluxo não é estruturado apenas entre rural e urbano, entre o Nordeste e o Sudeste, mas entre casas, bairros, municípios, malhas digitais, estradas e estados. Ao mesmo tempo, esses fluxos permeiam as diferentes fases do curso da vida das pessoas e suas dinâmicas familiares. O fluxo passa a ser um modo de vida e de fazer família. Ele passa a ser uma prática para escapar das precarizações de vida. Ele passa a ser uma alternativa quando a terra continua na mão de muito poucos.

E se, como Kopytoff (1971, p. 132) afirma, “O mundo é um lugar perigoso para se viver, quando a pessoa não está ligada a um grupo de parentesco”, esses fluxos estruturados historicamente podem ser traçados a partir também da memória das pessoas e dos documentos (como os historiadores bem me ensinaram). Por isso, as relações de fluxos das famílias são dadas atualmente em consonância com a mudança da relação com a terra, o roçado, o parentesco e a crescente expansão industrial localizada principalmente no sudeste do Brasil a partir dos anos 1970, mas também com processos históricos mais amplos. Se por um lado, como disse o abolicionista André Rebouças, “Quem possui a terra, possui o homem”, é preciso apontar que aqueles que possuem a terra no Brasil são também aqueles que estruturaram e estruturam o fluxo desses mesmos homens, mulheres e crianças.

Juntando as pontas

Em 22 de fevereiro de 2023, 207 trabalhadores foram libertados de um alojamento na cidade de Bento Gonçalves, no estado do Rio Grande do Sul. Estavam sujeitos a "condições degradantes" e "trabalho análogo à escravidão" durante a colheita da uva. Esses trabalhadores haviam sido contratados por uma empresa terceirizada que prestava serviços para grandes vinícolas brasileiras. O resgate aconteceu após três deles buscarem ajuda na Polícia Rodoviária Federal (PRF) em Caxias do Sul, relatando que, após fugirem, foram mantidos contra a vontade no alojamento, além de terem sido ameaçados e

agredidos. A maioria dos trabalhadores resgatados foi posteriormente encaminhada de volta para sua origem, na Bahia.

Eu poderia tomar esse fato acima como apenas um espasmo no tempo. Eu poderia olhar essas *ida* da Bahia para o Rio Grande do Sul como apenas um deslocamento em busca de *melhores condições de vida*. Eu poderia, ainda, reconhecer as artimanhas narrativas que sustentam a substituição do termo trabalho escravo, para trabalho "análogo à escravidão". Eu poderia contar centenas de histórias como a que iniciou essa seção. Mas, ao olhar para as práticas dos fluxos nacionais apresentados até aqui, podemos considerar que ao mesmo tempo que essas mesmas práticas aqui expostas são reconhecíveis estruturalmente ao longo do tempo, também são mutáveis.

É importante ressaltar que em 1874, São Paulo era uma das poucas províncias que não enfrentava escassez de escravos, devido à quantidade de indivíduos escravizados que foram levados para a região nas décadas anteriores, principalmente para trabalhar nas lavouras. Como argumenta Celia Maria Marinho de Azevedo (2004) em sua tese intitulada "Onda negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX", a figura do "Escravo mau vindo do norte" era uma imagem vívida na mente da elite paulista, como em tantas outras elites nacionais (Azevedo, 2004, p. 163).

Havia um temor associado aos intensos fluxos de escravos que vinham do Nordeste e estavam entrando na província de São Paulo. Essa apreensão se relacionava com a perspectiva da abolição iminente, o que gerava preocupação sobre a possível imagem de uma massa de homens negros e livres na província. Isso resultava na crescente necessidade de impedir a entrada de novos escravos na região e de incentivar um fluxo alternativo, o da imigração europeia. A elite buscava evitar, a todo custo, a dispersão desordenada dos negros pelos campos e cidades, promovendo leis que favoreciam a mobilidade dos imigrantes enquanto construía planos de manter os escravos imobilizados nas fazendas e interiores, por exemplo. É importante como, dependendo da demanda da elite da época, o fluxo pode ser estimulado em um sentido ou, de acordo com esses mesmos interesses, ser estancado. Só que é preciso dar um próximo passo.

Como Trajano (2008) observou, a partir de um estudo etnográfico sobre a situação da Guiné-Bissau em 2007, a sociedade é descrita como uma entidade em constante mudança, na qual as forças das estruturas sociais e as ações dos agentes individuais operam simultaneamente. Essa ideia é central neste artigo, onde examino as estruturas

históricas, econômicas, raciais e coloniais que influenciam os fluxos de pessoas, enquanto também investigo as práticas cotidianas de uma família (Silva Sousa), através do olhar de tia Regina. A partir desses dois planos, é possível perceber uma continuidade estrutural no fluxo, que pode parecer espontâneo à primeira vista ou a uma vista desavisada, mas que na verdade tem suas raízes em fluxos anteriores. Existem padrões de fluxos que persistem, assim como precariedades que afetam os mesmos grupos, impulsionando-os a movimentarem-se no território. Existem os fluxos que são estimulados pelas elites locais. Existem os fluxos que passam também a ser desestimulados por essas mesmas elites. O presente artigo defende que ao analisarmos os fluxos sem considerar o contexto mais abrangente, corremos o risco de perder de perspectiva as estruturas subjacentes, ao mesmo tempo em que encobrimos a continuidade (e os interesses) que os une.

Como podemos observar até agora, há elementos que sustentam a afirmação de uma continuidade estrutural e estruturante dos fluxos desde o tráfico/comércio interprovincial e os fluxos subsequentes dentro do território nacional. E esse processo ocorre mesmo com a mudança de modelo, passando do colonial para o republicano. O modelo pode ter mudado, mas a estrutura subjacente, com suas máscaras de mudança, ainda influencia os fluxos (e corpos específicos) em direções determinadas. Se Trajano (2008, p. 233) se questiona acerca do "que sucede à sociedade e a seus membros quando essa tensão constitutiva da dinâmica social se dissolve no ar?", minha questão é justamente o que sucede quando essa dinâmica entre estruturas sociais e as ações dos agentes individuais está tão bem amarrada que cria-se a sensação de que *sempre foi assim*. O *sempre foi assim* é uma regra poderosíssima que encobre, mascara e disfarça processos estruturais mais amplos. E, voltando ao que Keith Thomas (1991) afirmou, não é falsa a sensação da contradição que, como vimos, nem é tão contraditória assim. O passado é muito diferente do presente, mas também muito parecido.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Falas de Astúcia e de Angústia**: a seca no imaginário nordestino. De problema à solução (1877 – 1922). Dissertação de Mestrado em História. Departamento de História. Universidade de São Paulo. 1988

AUGÉ, Marc. **Os Domínios do Parentesco** (filiação, aliança matrimonial, residência). Trad. Ana Maria Bessa, Les Domaines de la Parenté, Librairie François Maspero [1975]. Lisboa: Edições 70, 1975. Col. Perspectivas do Homem, n.º 2.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra Medo Branco**. O negro no imaginário das elites do século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.

BAENINGER, Rosana Aparecida. **Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes – Brasil, 1980-1996**. 234p. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 1999.

CARVALHO, Marcus. **Liberdade: Rotinas e ruptura do escravismo do Recife, 1822-1850**, Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

CUNHA, José Marcos Pinto da; BAENINGER, Rosana. Cenários Da Migração No Brasil Nos Anos 90. **Caderno CRH 18**, no. 43, 2005, 87-101.

DAMÁSIO, Ana Clara. **Fazer-Família e Fazer-Antropologia: uma etnografia sobre cair pra idade, tomar de conta e posicionalidades em Canto do Buriti-PI**. 2020. 206 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

DAMÁSIO, Ana Clara. O caminho do parentesco ou o parentesco como situação inescusável? **Equatorial** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, v. 9, n. 17, p. 1–13, 2022.

GARCIA, Afrânio. **O Sul: caminho do roçado; estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo, Marco Zero; Brasília; Editora Universidade de Brasília; MCf-CNPq, 286p, 1989.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. **Afro-Ásia**, n. 27, p. 121-160, 2002.

JENKINS, Keith A **História repensada**. Tradução de Mario Vilela. Revisão Técnica de Margareth Rago. São Paulo: Contexto, 2001.

KOFES, Sueli. Experiências sociais, interpretações individuais: Histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Cadernos Pagu**, v. 3, 117-141. 2007.

KOPYTOFF, Igor. Ancestors as Elders in Africa. **Africa**, v. 51, p. 129-142, 1971.

LOBO, Andréa. **Tão Longe e Tão Perto**. Famílias e Movimentos na Ilha de Boa Vista de Cabo Verde. Brasília: ABA Publicações, 2014.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista. **Afro-Ásia**, n. 24, 2000.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de; ERVATTI, Leila Regina; O'NEILL, Maria Monica Vieira Caetano. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. *In*: OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de (orgs.). **Estudos e Análises Informação Demográfica e Socioeconômica número 1: Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil**.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Rio de Janeiro, ISSN 2236-5265, 2011.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 2a. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003 [1996].

SCHWARCZ, Lilia. K. Moritz. Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história. **Novos estudos CEBRAP**, n. 72, p. 119–135, jul. 2005.

TEIXEIRA, Luana. **Comércio Interprovincial de escravos em Alagoas no Segundo Reinado**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

THOMAS, Keith. Introduction. *In*: BREMMER, Jan; ROODENBURG, Herman (eds.). **A cultural history of gesture**. Cambridge: Polity Press, 1991.

TRAJANO FILHO, Wilson. O precário equilíbrio entre improvisação e regras: reflexões sobre a cultura política da Guiné-Bissau. **Revista de Antropologia**, v. 51, n. 1, p. 233–266, 2008.

VIANA, Nayanne Magna Ribeiro. **Traquejos E Labutas**: trabalhadores escravizados no sertão do Piauí (São Raimundo Nonato, segunda metade século XIX). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana – Bahia, 2018.